



# A FUNÇÃO E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Roberto Miscow Filho

---

Neste artigo, o autor analisa a influência do nominalismo disseminado na cultura contemporânea na apreciação da função e do papel das Forças Armadas.

---

## À GUIA DE INTRODUÇÃO

**T**odos os que assistiram ao filme *E o Vento Levou* devem com certeza lembrar-se de um interessante diálogo entre Scarlet O'Hara e Rhett Butler. A impetuosa e atrevida jovem sulista, ao ver que as tropas Confederadas se retiram de Atlanta para abrir trincheiras fora da cidade, extravasava seu aborrecimento:

— "Ainda bem! Estou farta de ver farda, estou cansada de ver soldados!"

Ao que lhe retruca o herói do romance:

— "Farta de ver soldados? Pois olhe agora o que vai acontecer!..."

E de fato, tão logo o último soldado cerra-fila, levando sua mochila e seu fuzil, vira a esquina da rua, imediatamente começam na cidade abandonada: o saque, a desordem, a violência...

A cena é antológica. Rhett Butler era um aventureiro, talvez cínico; porém não era estúpido; se a sua vida debochada e trêfega lhe havia enduado a sensibilidade, não lhe atrofiara, entretanto, o senso comum, entendido este como a faculdade de ver as coisas como elas são, e não observá-las por trás das lentes expressas de um preconceito.

## O TRANSITÓRIO E O PERMANENTE, O FATO E A ESSÊNCIA

Na opinião de pensadores e educadores sérios (e aqui pensamos num Dom Lourenço de Almeida Prado, O.S.B.) a tragédia intelectual moderna consiste na completa disseminação do nominalismo na cultura contemporânea. Aquele desvio filosófico, gerado ao apagar-se o grande brilho medieval, veio crescendo ao longo destes seis séculos e, mais do que isso, veio infiltrando-se em *todas* as mentalidades, independente do respectivo nível de instrução, de tal modo que todos ou quase todos acabamos sendo nominalistas, não por doutrina professada mas pelo modo de julgarmos os acontecimentos do dia a dia.

O problema se agrava neste final de século, quando a tecnologia traz uma eficiência máxima para os meios de comunicação, particularmente a televisão, o jornal e a revista noticiosa. Dizemos que o problema se agrava porque os meios referidos exploram (e aqui a palavra *explorar* pode ser entendida em ambos os sentidos, técnico ou ético) continuamente e largamente o transitório, o casual, numa avalanche de informações que não dá tempo nem espaço para que o telespectador ou o leitor possa refletir, analisar o que vê e o que lê, procurando (como deveria fazê-lo) descobrir, sob a agitada superfície dos fatos, aquilo que é permanente e essencial. E, pior que isso,

de repente o telespectador ou leitor passa a julgar os fatos com os mesmos critérios inculcados pela "mídia", critérios esses que não levam em conta a dignidade intrínseca da natureza humana. Aliás, como esperar que numa cultura encharcada de nominalismo sejam devidamente compreendidos conceitos como "dignidade intrínseca" e "natureza humana"?

Um exemplo típico das distorções produzidas pela imprensa escrita ou televisionada é a criação de uma categoria absurda a que deram o nome de "meninos-de-rua". Ai está como um fato, casual e transitório, foi magicamente transformado em realidade subsistente. E, de uma hora para outra, ocorreu em Brasília um Congresso de ...meninos-de-rua!...

Ao leitor que esteja achando demasiado rigorosa a apreciação que estamos fazendo sobre a cultura de nossos dias, sugerimos a leitura de *best-seller* do professor Allan Bloom: *The Closing of American Mind*, traduzido no Brasil sob um título, a nosso ver, bem mais adequado: *O Declínio da Cultura Ocidental*. O Dr. Bloom, nas candentes páginas de seu livro, apresenta minucioso *diagnóstico* sobre a cultura contemporânea, abordando os mais diversos temas, tais como: a família, a religião, a música, os livros, o relacionamento entre pessoas, a vida universitária.

Quanto às distorções criadas pela imprensa, convinha reler certos trechos do corajoso discurso de Alexandre Soljenitzyn proferido na universidade

de Harvard, em 1978. Mais próxima de nós e em tom menor, citamos a carta publicada no *Jornal do Brasil* de 30 de outubro de 1992, assinada pelo economista e professor Mircea Buescu: *Papel da Mídia*. O *Jornal do Brasil* publicou em 27/09 uma página inteira exaltando o papel dos jornalistas Bernstein e Woodward, e da mídia em geral, no caso Watergate. Ouçamos uma opinião diferente, a do historiador liberal Paul Johnson, no seu livro, *Tempos Modernos*: "O veredicto eleitoral de 1972 (a eleição de Nixon) foi derrubado pelo que pode ser chamado de um *putsch* da mídia. A presidência imperial foi substituída pela imprensa imperial."

Vale lembrar também o que escreveu o romancista Milan Kundera (em *A Imortalidade*): "O homem político... agita-se, transpira... grita nos microfones, faz discursos de duas horas, mas finalmente será um Woodward ou um Bernstein quem decidirá qual entre as 50 mil frases pronunciadas vai aparecer nos jornais e será citada no rádio."

Sobre o papel da mídia pronunciaram-se também, e em termos mais contundentes, figuras tão distantes como Honoré de Balzac (em *Ilusões Perdidas*) ou Paul Kennedy (em *Ascensão e Queda das Grandes Potências*). Não quero abusar de citações. De qualquer forma, aquele papel é pelo menos, em certos casos, questionável (até aqui a carta do professor Buescu).

Dentro desse contexto, consistiu

agradável surpresa a leitura do artigo *A Panacéia Furada*, de autoria do Sr. Fernando Pedreira — jornalista, texto publicado no *Jornal do Brasil* de 26 de janeiro de 1992, em que lemos afirmativas e comentários lúcidos tais como este: "O que caracteriza o bicho-homem, no entanto, o que o diferencia do bicho-bicho, do simples animal, é a necessidade do metafísico, do sobrenatural, das idéias e dos ideais. Sem um Deus, um ideal, uma crença, sem uma forma qualquer, ainda que primitiva, de projeção sobrenatural, o homem não existe (ao contrário do que supõe o senador X...). Para tornar ainda mais aguda a crise atual e mais sensível o desconforto do cidadão ocidental contemporâneo, o desmoroamento da religião comunista, a desmoralização prática do ideal socialista, ocorrem numa época em que as grandes religiões tradicionais se desfazem no Ocidente, comidas pelo racionalismo científico e pela psicanálise, que subverte e anula a própria noção de pecado, de culpa" (Fernando Pedreira, in *JB* — 26 de janeiro de 1992).

Feita uma única ressalva quanto ao termo "sobrenatural" (seria melhor substituí-los por "espiritual"), podemos dizer que raras, bem raras vezes, colaboradores da imprensa trazem a público textos como o citado, onde se nota claramente um sentido da hierarquia do permanente e do essencial sobrepostos ao efêmero e ao fortuito.

## SOBRE A INSTITUIÇÃO MILITAR

Os parágrafos anteriores, longe de se constituírem numa digressão alheia ao tema do presente excursão, têm como finalidade esboçar o atual cenário, descrever o clima em que vicejam muitas e variadas opiniões, ingênuas umas, petulantes outras, sobre a existência das Forças Armadas.

Os fatos recentes do término (ou interrupção?) da Guerra Fria, da queda do Império Soviético, da Guerra do Golfo e da conseqüente proclamação de uma "Nova Ordem" mundial (...) — tudo isto fez surgir nos meios de comunicação aquilo que é moda chamar-se "questionamento", em nosso caso específico levantado sobre a existência da instituição militar.

No início desse tipo de debate é comum, entre nós militares brasileiros, uma referência primeira à Constituição, isto é, à Lei Maior. Ora, por uma feliz casualidade, o texto da nossa Carta Magna define em seu Artigo 142 o seguinte: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constituídos e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."

Um leitor mais curioso poderia, neste ponto, perguntar porque escrevemos acima as palavras "feliz casualidade".

Feliz, sim, porquanto aquela definição legal corresponde à realidade das coisas, não agride o senso comum.

Casualidade, sim, porque na atmosfera do generalizado nominalismo que respiramos, os Constituintes poderiam ter elaborado um texto submetido à tirania dos fatos e das opiniões, uma definição feita de meias-verdades (que são piores que a mentira).

Soljenitsyn, no discurso de Harvard, adverte os americanos — advertência válida para nós que desde o século dezoito temos uma tendência a copiar servilmente tudo o que se faz na grande nação do Norte (haja vista, por exemplo, nossa primeira Bandeira Nacional republicana...) — adverte-nos, pois, sobre o perigo do respeito supersticioso à lei escrita. Devem ser evitado, segundo o bravo escritor russo, dois extremos: de um lado, a *falta* da lei, típico dos estados totalitários, onde a "lei" é a verdade do Partido; de outro lado, o esquecimento de que a lei escrita, para ser de fato justa e eficaz, deve estar rigorosamente fundamentada no Direito Nacional. O positivismo jurídico (uma das pragas modernas do nominalismo) acredita, ou finge acreditar, que pode, mediante um texto legal, mudar a natureza das coisas, fazer, por exemplo, que um ato moralmente errado deixe de sê-lo...

Linhas acima referimo-nos à indagação promovido pela "mídia" sobre a existência das Forças Armadas e que teve como ponto de partida não a evidência como tal, não a ordem natural

das coisas, mas a perplexidade diante de uma seqüência de fatos tais como a *perestroika*, a *glasnost*, a Guerra do Golfo e outros. Entretanto, não é a primeira vez que ocorre semelhante tipo de discussão. Em décadas anteriores, o impacto psicológico da existência de armas nucleares de gigantesco poder destruidor já havia intimidado pensadores, educadores e políticos, quase os levando a aderirem a um integral desarmamento.

Como que para esclarecer, para reanimar os intimidados, o escritor Jean-Marie Schmitz publicou, na década de 70, um brilhante ensaio sobre a guerra moderna no qual, usando aquelas perspicácia e elegância tradicionais na prosa gaulesa, analisa o papel dos exércitos ao longo dos séculos e chega a afirmar, com soberana tranquilidade, o seguinte: "Se as virtudes militares se enfraquecem, se a força dos soldados se omite, as civilizações são varridas de cena."

Tal afirmativa pode, sem dúvida, escandalizar qualquer leitor mais ou menos adepto do pacifismo, mormente se ele achar que esta opção encontra respaldo nos Evangelhos. Há, neste caso, um equívoco entre o que significa ser *pacífico* e o que representa ser *pacifista*. Lembremo-nos do mineiro que dizia dar um boi para não entrar numa briga e uma boiada para não sair dela. Ora, um militar pode ser tão pacífico quanto o mineiro da anedota; um pacifista, ao contrário, é alguém que sempre dá a

boiada logo no começo, para não haver briga.

Longe de nós afirmar que a *natureza* humana seja essencialmente guerreira e agressiva. Mas não hesitamos em reconhecer que o *estado* em que se encontra o ser humano infelizmente é este. A mentalidade nominalista, entretanto, nos torna incapazes de fazer a distinção sutil (e importantíssima) entre *natureza* e *estado*; nossa cultura contemporânea, ao analisar os fatos, comenta, julga, opina, discute baseada apenas em sua experiência com outros fatos, sem fazer referência a um critério formal, a um absoluto, caracterizando, pois, nossa incurável miopia para enxergar realidade perenes e universais. Gostamos muito de falar, por exemplo, em evolução; afirmar que "tudo evolui" constitui para nós a quintessência da sabedoria... Ora, como diria aquele famoso personagem queiroziano, é óbvio que certas coisas mudam. Não podemos desejar que o atual soldado de infantaria leve nas costas o mesmo tipo de mochila que levava um "resmungão" das tropas napoleônicas ou que ponha no ombro um fuzil idêntico ao que era carregado por um *poilu* da Guerra de 14. Porém, podemos e devemos esperar que o moderno pé-de-poeira, se for preciso, combata com o mesmo vigor, com a mesma coragem de seus distantes antecessores.

Não podemos desejar que a diplomacia atual trate as relações internacionais usando um estilo renascentista, inadequado ao planisfêrio

das telecomunicações instantâneas e dos aviões de velocidade supersônica. Porém, podemos e devemos esperar que nossos políticos modernos não deixem nosso normal desejo de paz levar-nos a fazer concessões absurdas, a esquecer, por exemplo, que a instituição militar é congênita ao Estado. Um povo que enfraquece suas Forças Armadas, enfraquece sua pátria, enfraquece a si próprio.

Há um pequeno detalhe, uma discreta circunstância conhecida pelos militares do mundo inteiro, desde o mais graduado dos generais até o mais humilde soldado. É o fato de que uma tropa surpreendida por um eventual inimigo pode, *no mínimo*, sofrer perdas humanas e materiais irreparáveis; qualquer militar profissional sabe o quanto custa a surpresa no combate. Esse pequeno detalhe parece não ser conhecido ou compreendido por certos conceituados comentaristas políticos que freqüentam as páginas dos nossos principais jornais e/ou os estúdios das nossas principais televisões. Aliás, estes mesmos bem informados analistas com certeza devem saber que uma das leis que regem o curso da História é o imprevisível; sendo assim, o apotegma *si vis pacem, para bellum* pode parecer antipático e incomodativo, porém não está em desacordo com a longa e sofrida experiência humana.

É claro, estamos supondo que os citados comentaristas não sejam tão ingênuos a ponto de acreditarem que

este Bravo Mundo Novo possa ser salvo a partir de "Novas Ordens" proclamadas por alguma nação poderosa e que tenha conferido a si própria o papel de árbitro onisciente e onipresente nos problemas das outras nações.

Aos pragmáticos (civis ou militares) talvez não agrade o tom usado no parágrafo anterior. Desculpem, neste caso, alguém em quem o peso dos anos não conseguiu esfriar o amor pela Pátria, ou, melhor dizendo, não conseguiu convencê-lo de que este amor "evolui" e que podemos jogar pela janela quatro séculos de história e mais um território de quase nove milhões de quilômetros quadrados, cobertos por uma admirável unidade lingüística que não ocorre na pequenina Bélgica, e jogar tudo isso pela janela, repetimos, apenas porque alguns hábeis cientistas e engenheiros desenvolveram naves "inteligentes" capazes de levar alguém deste planeta para longínquos ermos siderais... Em outras palavras: não é justo, não é racional que nos deixemos impressionar ou acuar pelo prestígio de nações capazes de realizar fantásticas aventuras no espaço cósmico, impressionados ou acuados a ponto de ficar desatentos ao pobre e misterioso homem comum que está bem perto de nós, incluindo aquele cuja imagem vemos cada vez que olhamos direto no espelho, impressionados ou acuados a ponto de esquecer nossa Pátria, a "família amplificada", como tão bem a definiu o grande Rui Barbosa.

## JUSTIFICANDO O TÍTULO

Ao terminar este trabalho, achamos conveniente explicar o porquê de seu título.

Se não formos muito afeitos à leitura de livros, nem muito interessados no que vem a ser "normalismo", "metafísica" e outros conceitos semelhantes, isto é, se preferirmos analisar os assuntos aqui tratados usando apenas a intuição e a experiência própria — que muitas vezes valem mais que a leitura de mil livros — talvez, neste caso, prefiramos o termo "função", mais pragmático embora não menos adequado.

Se vislumbrarmos na História um sentido escatológico, diferente daquela

projeção incolor e triste de Fukuyama, podemos esperar um fulgurante e assombroso final, quando se vão fechar sobre o magnífico drama definitivas cortinas. Oxalá, nesse dia, nós militares possamos ser cumprimentados pelo diretor do espetáculo, pelo *papel* que aqui houvermos representado.

## BIBLIOGRAFIA

- BLOOM, A. *O Declínio da Cultura Ocidental*. Editora Best-Seller, São Paulo (1989).  
 SCHMITZ, J.M. *A Guerra Moderna* (tradução do Gen R/I Obino Lacerda Alvarez). Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro (Jan/Jun 1975).



Cel R/I ROBERTO MISCOW FILHO \_ Aspirante a Oficial de Infantaria (AMAN — 1953); Engenheiro de Comunicações (IME — 1962); Comunicações (EsaO — 1970); Mestre em Ciências, Engenharia Elétrica (IME — 1977). Serviu o 13º BC — (Joinville — SC), no Sv. Rádio do Ministério do Exército, no 2º Btl RI (Rafah — Palestina, UNEF) e no Instituto Militar de Engenharia. Atualmente é professor do IME.